



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



Coordenadoria de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão Social

RECOMENDAÇÃO Nº 10/2024 - MP - FCVM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, pela Procuradora de Contas signatária, no regular exercício de suas atribuições institucionais, de defesa da sociedade, da ordem jurídica, dos princípios de Administração Pública, do regime de responsabilidade fiscal e da proteção ao patrimônio público, sem prejuízo às competências privativas do Colegiado de Contas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação aos órgãos da Administração Pública, de exato cumprimento da Lei, requisitando ao destinatário resposta por escrito;

CONSIDERANDO que a Constituição Brasileira, em seu art. 37, afirma que a Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

MARCOS ANTÔNIO LISE

Prefeito do Município de Apuí

Av.13 de Novembro, S/N - CENTRO, CEP - 69.265-000, Apuí - AM



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



Coordenadoria de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão Social

CONSIDERANDO que a ordem jurídico-constitucional determina, segundo a inteligência de seus princípios, que, no regime de execução orçamentária e de responsabilidade fiscal, haja precedência no cumprimento de obrigações relativas aos direitos constitucionais fundamentais, tanto aquelas relativas à tutela laboral assim como aquelas indispensáveis à garantia de continuidade do serviço público essencial ligado a direitos sociais fundamentais, tais como saúde, educação, e os **direitos de pessoas com deficiência**, sobre outras despesas e investimentos, constituindo, assim, limitação e baliza à discricionariedade do Administrador Público na realização de despesas públicas legalmente autorizadas;

CONSIDERANDO que o disposto no artigo 227, §1º, inciso II da Constituição Federal impõe como dever do Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de barreiras tecnológicas **e de todas as formas de discriminação**;

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foram aprovados pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, conforme o procedimento do § 3º do art. 5º da Constituição, tendo, portanto, o status de Emenda à Constituição Federal e que a referida Convenção dispõe que devem os Estados Partes promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e garante a acessibilidade como direito da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida para se viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



Coordenadoria de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão Social

CONSIDERANDO que a Lei nº 5.916, de 1.º de Junho de 2022, que alterou a Lei Promulgada nº 241, de 31 de março de 2015, **ambas do Estado do Amazonas**, determina que **fica assegurado às pessoas com deficiência visual, auditiva, surdocegas e às pessoas com deficiência de fala, o acesso à comunicação e à informação em todos os órgãos públicos e empresas privadas, assim como em todos os eventos, programas, serviços e atividades ofertadas ao público em geral;**

CONSIDERANDO, por fim, que o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas instituiu Política de Acessibilidade, por meio da Resolução nº 23/2013, prevendo (art. 5º, inciso I) como objetivo **o dever de zelar pelo cumprimento da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, propiciando as condições necessárias para a efetiva participação delas nas atividades desenvolvidas ou promovidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a **Recomendação nº 123/2023 - MP – FCVM** expedida com a finalidade de dar cumprimento aos preceitos legais referentes à acessibilidade de pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO a resposta da Prefeitura de Apuí, por intermédio do Ofício nº 125/2023 - GPA, alegando a implementação das ferramentas de acessibilidade, as quais são: Libras, Imagem com Texto, Aumentar fonte, Diminuir Fonte; Preto e Branco; Inverter Cores; Destacar Links; Fonte Regular e Redefinir;

CONSIDERANDO, no entanto, que as ferramentas de **Leitor de Tela** e de **Cabeçalho** não se mostram aptas à utilização para pessoas com deficiência visual, na medida em que os referidos mecanismos são inexistentes no Portal Eletrônico em consulta realizada na presente data;

CONSIDERANDO a essencialidade das ferramentas de Leitor de Tela e de Cabeçalhos para pessoas com deficiência visual, são de suma importância que os



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



Coordenadoria de Acessibilidade, Diversidade e Inclusão Social

referidos mecanismos estejam inseridos e aptos em conjunto com as demais ferramentas de acessibilidade no portal eletrônico;

RESOLVE expedir, em caráter de reiteração, a presente **RECOMENDAÇÃO** ao SENHOR **PREFEITO**, ou seu substituto legal, para que **determine a inserção, nos portais eletrônicos oficiais respectivos, as ferramentas de acessibilidades:**

- **Leitor de tela;**

- **Cabeçalho.**

Ademais, fica fixado o **PRAZO de 15 (quinze) dias para resposta** aos termos desta Recomendação, a fim de que seja informada, com a documentação e esclarecimentos que se fizerem necessários, as atuais e futuras medidas de implantação de ferramenta(s) de acessibilidade nos citados Portais (sítios eletrônicos oficiais).

Cabe destacar que o não atendimento desta Notificação Recomendatória poderá ensejar representações ministeriais de responsabilização, junto ao egrégio Tribunal de Contas, na forma da Lei Orgânica (Lei nº 2.423/1996), além de poder vir a gerar responsabilização por ato de improbidade administrativa nos termos do art. 11, inciso IX da Lei 8429, de 02 de junho de 1992, na esfera competente.

Manaus, 25 de janeiro de 2024.

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral de Contas